

economisa

ECONOMISA COMPANHIA HIPOTECÁRIA

CNPJ – 17.441.197/0001-05 – Carta Patente nº A-70/241

Rua da Bahia, 1004 – 12º andar – Belo Horizonte - MG

Relatório da Administração

Economisa Companhia Hipotecária apresenta suas demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 30 de junho de 2022.

A empresa manteve seu foco de atuação na carteira de crédito existente, buscando recuperar contratos baixados como prejuízo e renegociar os inadimplentes. O cenário econômico do país de baixo crescimento e inflação em alta foram fatores determinantes para a manutenção desta linha de atuação. Esta carteira, totalizou, no encerramento do semestre, o montante de R\$ 4.955 mil.

Programa Minha Casa Minha Vida

Foi publicada em fevereiro deste ano a Portaria 249/2022 que estabeleceu os procedimentos a serem adotados visando buscar a conclusão das obras do programa. Desta forma, a empresa vem trabalhando junto aos demais participantes do programa para viabilizar a retomada e conclusão das obras nos moldes aprovados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

Os recursos existentes do programa permanecem aplicados em Fundos de Renda Fixa lastreados títulos públicos e ou Títulos do Tesouro Nacional.

Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS

Nesse primeiro semestre foi assinado com a União um contrato de novação de créditos junto ao FCVS que totalizou R\$ 69.075 mil, cujo montante foi novado e amortizado na dívida junto ao FGTS, que passou a ser de R\$ 27.531 mil.

Seguem em andamento outros processos de novação que irão quitar a dívida junto ao FGTS, com sobejo.



economisa

Ainda em relação a créditos junto ao FCVS, a empresa lançou a prejuízo contratos marcados com RNV no SIFCVS, que totalizaram R\$ 16.765 mil, devido à negativa de cobertura pelo FCVS há mais de 5 anos e à inviabilidade de sua reversão.

Das Atividades

Diante do cenário de baixo crescimento e elevado nível de inflação, adverso para a atividade de crédito imobiliário, e, ainda, a acirrada concorrência dos grandes conglomerados financeiros, a Economisa não conseguiu, nesse semestre, implementar as operações constantes do plano de negócios.

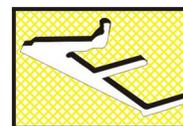
Do resultado do exercício

Em razão do lançamento a prejuízo dos créditos FCVS com negativa de cobertura, o primeiro semestre de 2022 encerrou com resultado negativo no valor de R\$ 5.412 mil, com o Patrimônio Líquido atingindo o valor de R\$ **21.652** mil.

Tarsila Ortenzio Velloso
Diretora-Presidente

Ivair Pereira de Souza
Diretor

Álvaro Cagnoni
Diretor



economisa

ECONOMISA COMPANHIA HIPOTECÁRIA
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 30 DE JUNHO 2022

(Milhares de Reais)

ATIVO

	Em R\$ 1.000	
	30.06.2022	31.12.2021
CIRCULANTE	<u>32.674</u>	<u>30.414</u>
DISPONIBILIDADES	<u>27</u>	<u>48</u>
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	<u>26.947</u>	<u>24.554</u>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	<u>42</u>	<u>453</u>
Financiamentos Imobiliários – Setor Privado	287	909
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(245)	(456)
OUTROS VALORES E BENS	<u>5.658</u>	<u>5.359</u>
Imóveis não de Uso Próprio	5.645	5.346
Outros Valores e Bens	13	13
NÃO CIRCULANTE	<u>43.251</u>	<u>126.524</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	<u>42.725</u>	<u>123.561</u>
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS-FCVS	<u>37.785</u>	<u>121.811</u>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	<u>2.972</u>	<u>2.474</u>
Financiamentos Imobiliários – Setor Privado	4.668	3.880
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.696)	(1.406)
OUTROS CRÉDITOS	<u>1.968</u>	<u>2.241</u>
PERMANENTE	<u>526</u>	<u>529</u>
IMOBILIZADO DE USO	<u>526</u>	<u>529</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>75.925</u>	<u>157.469</u>

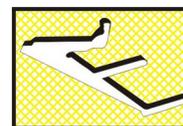


economisa

ECONOMISA COMPANHIA HIPOTECÁRIA
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 30 JUNHO 2022
(Milhares de Reais)

PASSIVO

	Em R\$ 1.000	
	30.06.2022	31.12.2021
CIRCULANTE	<u>16.696</u>	<u>14.577</u>
OBRIGAÇÕES POR REPASSES	<u>14.427</u>	<u>13.601</u>
Créditos a liberar – PSH – PMCMV	14.427	13.601
OUTRAS OBRIGAÇÕES	<u>2.269</u>	<u>976</u>
Fiscais e Previdenciárias	79	96
Provisão por Pagamentos a Efetuar	486	226
Credores Diversos no País	1.704	654
NÃO CIRCULANTE	<u>37.577</u>	<u>115.828</u>
OBRIGAÇÕES POR REPASSES	27.531	94.832
OUTRAS OBRIGAÇÕES	10.046	20.996
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>21.652</u>	<u>27.064</u>
CAPITAL	21.500	21.500
RESERVAS DE LUCROS	<u>152</u>	<u>5.564</u>
Reserva Legal	551	551
Reserva Especial de Lucro	-399	5.013
TOTAL DO PASSIVO	<u>75.925</u>	<u>157.469</u>

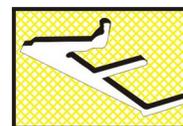


economisa

ECONOMISA COMPANHIA HIPOTECÁRIA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA
OS SEMESTRES FINDOS EM 30 JUNHO DE 2022 E 2021

(Milhares de Reais)

	Semestre	Semestre
	Findo em	Findo em
	30.06.2022	30.06.2021
RECEITA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>4.201</u>	<u>3.649</u>
Operações de Crédito	263	232
Resultado de Operações c/Tít. Valores Mobiliários	1.557	339
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	2.381	3.078
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>(1.621)</u>	<u>(1.432)</u>
Operações por Empréstimos Cessão e Repasses	(1.621)	(1.432)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>2.580</u>	<u>2.217</u>
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	<u>(8.149)</u>	<u>(2.969)</u>
Despesas de Pessoal	(62)	(243)
Outras Despesas Administrativas	(2.294)	(3.735)
Despesas Tributárias	(168)	(98)
Outras Receitas Operacionais	12.082	1.475
Outras Despesas Operacionais	(17.707)	(368)
RESULTADO OPERACIONAL	<u>(5.569)</u>	<u>(752)</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	<u>(157)</u>	<u>(134)</u>
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	<u>(5.412)</u>	<u>(886)</u>



economisa

LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO (5.412) (886)

LUCRO/PREJUÍZO POR LOTE DE MIL AÇÕES EM R\$

DEMONST DO RESULTADO ABRANGENTE DOS SEM 2021 E 2020
LUCRO/ PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO (5.412) (886)

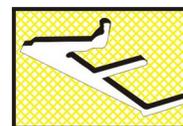
Outros Resultado Abrangentes - -

RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO (5.412) (886)

ECONOMISA COMPANHIA HIPOTECÁRIA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA
OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021
(Milhares de Reais)

	<u>Capital Realizado</u>	<u>Reservas De Lucro Res. Legal</u>	<u>Reserva Especial de Lucros</u>	<u>Lucros (Prejuízos) Acumulados</u>	<u>Total Do Período</u>
Saldo em 30.06.2021	21.500	551	5.532	0,00	27.583
Prejuízo do 2º Semestre de 2021				(519)	(519)
Destinações:					
De Resultado para Reserva Especial			(519)	519	
Saldo em 31.12.2021	21.500	551	5.013	0,00	27.064
Prejuízo do 2º Semestre de 2022				(5.412)	(5.412)

Destinações:

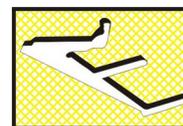


economisa

De Resultado para Reserva Especial			(5.013)	5.013	
Saldo em 30.06.2022	21.500	551	0	(399)	21.652

ECONOMISA COMPANHIA HIPOTECÁRIA
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021
(Milhares de Reais)

	Semestre	Semestre
	Findo em	Findo em
	30.06.2022	30.06.2021
A - LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(5.412)	(886)
Depreciação e amortização	5	7
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	(5.407)	(879)
B - VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES		
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	(2.392)	1.774
Redução (Aumento) de Relações Interfinanceiras – FCVS	84.065	(1.890)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito	(128)	58
Redução (Aumento) Provisão P/ Perdas Esperadas em Operações de Crédito	0	(38)
Redução (Aumento) em Outros Créditos	276	221
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	(299)	(170)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	<u>(76.959)</u>	<u>(17)</u>
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/UTILIZADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(845)	(941)
C - FLUXO DE CAIXA DA ATIVIDADE DE INVESTIMENTOS	2	(10)



economisa

Baixas (Aquisição) de Imobilizado de Uso	2	(10)
C - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Aumento em Obrigações p/Empréstimos e repasses	826	896
CAIXA LÍQUIDO PROVINIENTE/UTILIZADO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	824	896
D - AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA	(21)	(55)
No início do período	48	89
No fim do período	27	34
VARIAÇÃO	(21)	(55)

ECONOMISA COMPANHIA HIPOTECARIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 30 DE JUNHO DE 2022

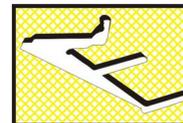
1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Economisa Companhia Hipotecária é uma Sociedade Anônima de Capital fechado, que tem por objetivo social proporcionar amparo financeiro e crédito a operações imobiliárias, praticando as operações ativas permitidas às Companhia Hipotecárias.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e com as normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), e alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 para a contabilização das operações, quando aplicável às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis da ECONOMISA COMPANHIA HIPOTECÁRIA estão sendo apresentadas com as alterações advindas da Resolução nº 4.818/20 do CMN e da resolução 2/2020 do Banco Central do Brasil.



economisa

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas obedeceram ao regime de competência, incluindo as receitas e despesas relativas aos ativos e passivos.

3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa - São representados, basicamente, por disponibilidades e aplicações de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento, na data da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias, que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.2 - Os Ativos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base "pró rata die"), auferidos. Para os **Financiamentos Imobiliários**, além dos valores de realização, também são considerados os rendimentos e variações monetárias, representados pelo valor dos financiamentos concedidos, acrescidos de atualização monetária e juros, calculados com base em índices contratuais. A **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa** é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e levam em conta as normas e instruções do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. (Nota 04).

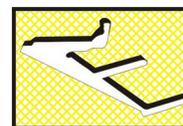
3.3 - O Permanente é demonstrado aos custos de aquisição, líquidos das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, às seguintes taxas anuais: Edificações, 4%; Móveis e Utensílios e Equipamentos de Processamento de Dados, 20%.

3.4 - O Passivo é demonstrado pelos valores devidos, já incluídos os encargos e as variações monetárias, entre os quais a **Provisão para Imposto de Renda** constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional específico e feitas as opções permitidas, e a **Contribuição Social** constituída à alíquota de 9%.

3.5 - A partir de 2002, por força das Circulares 3.068 de 08.11.01 e 3.082 de 30.01.02, ambas do Banco Central do Brasil, as instituições financeiras passaram a adotar novos critérios de avaliação e classificação contábil dos títulos e valores mobiliários, assim sumariados: **(i) Títulos para negociação** - títulos e valores mobiliários adquiridos para negociação ajustados ao valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período; **(ii) Títulos disponíveis para a venda** - títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento - "ajuste a valor de mercado", em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido; e **(iii) Títulos mantidos até o vencimento** - títulos e valores mobiliários, exceto ações resgatáveis, para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da Instituição de manter em carteira até o vencimento, avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos em contrapartida ao resultado do período.

4. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Nível de Risco	Quantidade Contratos	Valor dos Contratos	R\$ Mil
			Valor da Provisão
AA	0	0	0
A	59	1.569	8



economisa

B	22	266	3
C	38	447	13
D	24	323	32
E	33	387	116
F	21	414	207
G	10	90	63
H	106	1.499	1.499
Totais	313	4.955	1.941

Por meio da resolução 2.682/99 do CMN, introduziram os seguintes parâmetros para a classificação das operações de crédito e constituição da provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa:

- As operações de crédito devem ser classificadas em níveis de risco entre “AA” (risco mínimo/nulo – 0%) e “H” (risco máximo – 100%).
- A provisão para créditos de liquidação duvidosa deve ser efetuada com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela resolução 2.682/99 e com a redação dada pela resolução 2.697/00. Essa classificação leva em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias imobiliárias obtidas.

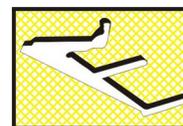
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - CARTEIRA PRÓPRIA

São títulos adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente de forma ativa, avaliados e ajustados pelo valor de mercado, registrados conforme disposto na circular 3.068 de 08.11.2001, e regulamentação complementar do Banco Central do Brasil, estando assim demonstrados.

	R\$ Mil	
	Semestres Findos em	
	30.06.2022	31.12.2021
Aplicações do Tesouro – LTN-LFT - NTN	11.936	17.630
Fundo de Aplicação Financeira	8.056	230
Títulos Vinculados a Prest. Garantias - Outros	<u>6.955</u>	<u>6.694</u>
Total	26.947	24.554

6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - F.C.V.S. – COM OPÇÃO PELA NOVAÇÃO

R\$ Mil



economisa

Semestres Findos em

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
F.C.V.S. marcados com RCV e Auditados	35.574	102.874
F.C.V.S. em processo de validação	<u>2.172</u>	<u>18.937</u>
Líquido	37.746	121.811

Refere-se a créditos relativos a habilitações de saldos residuais de mutuários que liquidaram ou foram beneficiados por dispositivos legais com a liquidação antecipada de suas dívidas.

FCVS marcados com RCV e auditados no valor de R\$ 35.574 mil estão direcionados para amortização de dívida junto ao FGTS no valor de R\$ 27.531 mil (nota 9), conforme contrato de constituição e segregação de garantias, datado de 27.05.2002 e seu aditivo de 16.11.2007.

7. IMOBILIZADO DE USO

	R\$ Mil	
	Semestres Findos em	
	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Imóveis de Uso – Edificações	829	829
Móveis e utensílios	811	811
Sistema de Comunicação/Proc. De Dados	538	536
Subtotal	<u>2.178</u>	<u>2.176</u>
Depreciação acumulada	(1.652)	(1.647)
Total	<u>526</u>	<u>529</u>

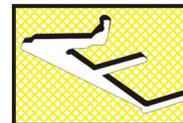
8. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Referentes a encargos retidos ou provisionados para recolhimento nos exercícios seguintes.

9. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO E REPASSES

9.1 - Dívidas – FGTS

9.1.1 - As obrigações junto à FGTS (CAIXA) no valor de R\$ 27.531 mil no semestre findo em junho 2022 e de dezembro de 2021 no valor de R\$ 94.832 mil, decorrem de Contrato de Consolidação de Dívida firmado em 30 de março de 1994, e posteriores aditamentos,



economisa

sendo que no semestre ocorreu novação de dívida FCVS, VAFs 1 e 2, no montante de R\$ 69.075 mil, amortizado direto na dívida FGTS.

9.1.2 - Juros remuneratórios de 3,12% a.a. e atualização monetária pelo índice da poupança.

9.2 - Repasses PSH – PMCMV

9.2.1 - Em junho de 2022 o valor de subsídios a liberar do Programa Social da Habitação - PSH e do Programa Minha Casa Minha Vida é de R\$ 14.427 mil e em junho de 2021 no valor de R\$ 13.587 mil.

10. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

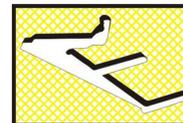
10.1 - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e as obrigações legais observam o Pronunciamento Técnico CPC 25 e são efetuados de acordo com os seguintes critérios: Contingências ativas – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

10.2 - Contingências passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseados na opinião dos assessores jurídicos e da Administração for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas e os de perdas remota não são mencionados.

	R\$ Mil	
	Semestres Findos em	
	30.06.2022	31.12.2021
Provisões Para Contingências	10.046	20.996
TOTAIS	10.046	20.996

10.3 - A Instituição está sujeita a passivos contingentes relacionados principalmente a discussões relacionadas a programas habitacionais e à propriedade de imóveis. Os processos avaliados como de perda possível totalizaram risco para a Economisa, em junho de 2021, de R\$ R\$ 2.697 mil, 86 ações, e em junho de 2022, 60 ações no valor de R\$ 2.114, em processos de ações cíveis. Elas são detalhadas a seguir, segregadas em 3 grupos:

- 38 ações de indenização relacionadas ao PMCMV onde todas tiveram sentença de primeira instância estipulando indenização, aguardando decisão de segunda instância;
- 14 ações de usucapião, sendo 13 em Goiânia/GO, e 1 em Belo Horizonte;
- 8 ações com pedidos diversos, sendo 5 referentes a obras de programas habitacionais, cujo valor em risco, ainda em discussão, é de R\$ 2.246 mil, com depósitos judiciais no montante de R\$ 1.561 mil;



economisa

- A provisão para contingências que em junho de 2022 está estimada em R\$ 10.046 mil foi estimada em montante suficiente para cobrir eventuais perdas relacionadas com programas habitacionais.
- No semestre foi feita reversão de provisão no montante de R\$ 11.289 mil, com reconhecimento de perda definitiva de FCVS no montante de R\$ 16.765 mil.

11. CAPITAL SOCIAL

No período, houve decréscimo de 20% no Patrimônio Líquido da empresa e o seu Capital Social integralizado, é representado por 745.000 ações, sem valor nominal, sendo 745.000 ordinárias, nominativas, sem valor nominal, registradas em nome de acionistas domiciliados no País.

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (DIRETAS E INDIRETAS)

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

Em 30 de junho - R\$ mil

Despesas de Aluguel	Ativos/Passivos	Receitas/Despesas
REALTYNG EMPREEND E PARTIC LTDA	2.000	12.000
ERGON SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA	6.428	38.568

13. GERENCIAMENTO DE RISCOS

13.1 Risco Operacional

A Gestão do Risco Operacional na Economisa é fundamentada na elaboração e implantação de normas e procedimentos baseados em metodologias de coleta e tratamento de dados históricos de perdas, buscando melhorar os sistemas de controles internos e a criação de um banco de vulnerabilidades. Em atendimento à Resolução 3.380, do Conselho Monetário Nacional, foi aprovada pela Diretoria a Política Institucional para Gerenciamento do Risco Operacional.

Os relatórios completos sobre a estrutura de gerenciamento do risco de mercado e risco operacional estão disponíveis na sede da instituição.



economisa

13.2 Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez consiste na possibilidade da Entidade não possuir recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A Política de Liquidez implantada define os níveis mínimos de liquidez que a Organização deve manter, assim como os instrumentos para gestão da liquidez em cenário normal e em cenário de crise. O controle do risco de liquidez é realizado diariamente de forma independente pela tesouraria, com distribuição de relatórios às áreas envolvidas na gestão e no controle, bem como à Diretoria.

13.3 Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas de mercado, uma vez que a carteira ativa e passiva da Entidade pode apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

O processo de gerenciamento de risco de mercado na Economisa consiste num acompanhamento diário do mercado visando a proteção de suas posições.

13.4 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental é orientado por matriz de risco dos clientes com exposição de crédito ou de obrigações junto a Economisa, que considera os fatores socioambientais aos quais o cliente está inserido, seu objeto social e atividades correlatas. As análises sobre as informações prestadas pelos clientes e as obtidas junto a órgãos governamentais fazem parte do processo para emissão de recomendação interna para suas decisões e procuram preservar a instituição em possível risco à sua reputação.

Tarsila Ortenzio Velloso
Diretora-Presidente

Ivair Pereira de Souza
Diretor

Álvaro Cagnoni
Diretor

Maria Elizabeth Segal Delarmelina
Contadora – CRC/MG - 058248

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores e Acionistas da

ECONOMISA COMPANHIA HIPOTECÁRIA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **ECONOMISA COMPANHIA HIPOTECÁRIA**, que compreendem o balanço patrimonial, em 30 de junho de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ECONOMISA COMPANHIA HIPOTECÁRIA** em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção, independentemente se causada

por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de agosto de 2022.

**VAZ & MAIA AUDITORES INDEPENDENTES
CRCMG 503**

**ANTONIO HILARIO MAIA
CONTADOR CRCMG 039.822**